

## **DISTÂNCIA ENTRE DISCURSO ORAL E DISCURSO ESCRITO**

Maria Alice de Mello Fernandes

### **1. ESCRITA: DIFICULDADES E MEDOS**

Um dos grandes obstáculos que a educação enfrenta é a dificuldade que as pessoas, nos mais diferentes níveis de escolarização, possuem para escrever. Tanto a rede pública de ensino, como a rede particular, lutam para que a deficiência no domínio da língua escrita possa ser sanada, e que o temor, que se apossa dos estudantes ao se sentirem pressionados a escrever, à medida que as séries vão avançando, possa diminuir.

Quando o professor se propõe a trabalhar produção de textos em sala de aula sabe, antecipadamente, que ouvirá por parte dos alunos depoimentos a respeito de suas dificuldades para escrever, apesar de, na maioria das vezes, exporem oralmente, com clareza, várias idéias sobre o tema solicitado. Numa aula de interpretação de texto, as reclamações se repetem, pois os estudantes, principalmente no segundo grau e no ensino superior, afirmam haver o entendimento, sugerem expressá-lo na oralidade, mas não conseguem ultrapassar os obstáculos para fazê-lo através da linguagem escrita.

Tal questão tem refletido de forma direta na forma-

ção de profissionais das mais diversas áreas que, apesar de muitas vezes dominarem os conhecimentos específicos e técnicos de sua especialidade, sentem-se inibidos frente à necessidade da comunicação escrita, entregando-se muitas vezes ao desespero. Quando são obrigados a redigir, brigam com as palavras, passam por uma série interminável de rascunhos, folhas amassadas e se entregam ao desespero. É difícil explicar tais dificuldades, depois de oito, doze ou mais anos de frequência à escola, com elevada carga horária de língua portuguesa. Após 25 anos como professora da referida disciplina, sendo os quatro últimos no ensino superior, sinto-me inquieta e em processo de busca de explicações que me satisfaçam. Aliás, autores como Clarice Lispector, Rubem Braga e Carlos Drummond de Andrade oferecem verdadeiros depoimentos, evidenciando que até mesmo o escritor, acostumado a lidar com as palavras, enfrenta dificuldades para escrever:

*“Esta é a terceira ou quarta vez que ponho o papel na máquina e começo a escrever; mas sinto que as frases pesam ou soam falso, e as palavras dizem de mais ou dizem de menos e a escrita sai desentoadada com o sentimento.”* (Braga apud Soares, 1990 : 37)

É preciso esclarecer que a escola não tem como proposta formar escritores, mas sim realizar um trabalho para que a clientela escolar sinta o desejo de comunicar-se através da escrita, mostrando aos alunos que o trabalho com as palavras requer desejo, paciência, conhecimento, desenvolvimento da cultura, da criatividade e treino. Mui-

tas pesquisas são realizadas por estudiosos do processo ensino-aprendizagem, com o objetivo de avaliar a questão e buscar metodologias que dêem conta de minimizar essa dificuldade. Trabalhos são realizados, livros são editados, mas a realidade continua a mesma.

A pretensa substituição de uma prática pedagógica, fundamentada numa concepção tradicional de educação, ensino e aprendizagem, por outras formas de organização do trabalho pedagógico, decorrentes de concepções escolanovistas, não diretivas, tecnicistas ou mesmo embaçadas por práticas inspiradas no que tem sido designado por Pedagogia Progressista, não conseguiram modificar o quadro referente à escrita e nem à educação brasileira. Segundo Saviani (1981):

*“Os professores têm na cabeça o movimento e os princípios da escola nova. A realidade, porém, não oferece aos professores condições para instaurar a escola nova, porque a realidade em que atuam é tradicional (... )”.*

A essa contradição acrescenta-se uma outra:

*“Além de constatar que as condições concretas não correspondem à sua crença, o professor se vê pressionado pela pedagogia oficial que prega a racionalidade e a produção do sistema e do seu trabalho”.*

O acelerado avanço tecnológico das últimas déca-

das, aplicado aos meios de comunicação, produziu o que se tem designado por “era da comunicação”, mas que não foi suficiente para que as pessoas se sentissem atraídas para escrever. Pelo contrário, as pessoas se isolam, conversam cada vez menos, não lêem e, como afirma André (1989), *“Quem não lê, quem fala tão pouco com seus semelhantes, não pode ter sequer idéias próprias. Que é que iria escrever?”*, continua ainda:

*“Se não tomarmos urgentes providências, em breve nos transformaremos em robôs, bonecos de mola... De quem é a culpa? De ninguém. Talvez nossa mesma. É preciso reagir. A escola nos ensina muitos caminhos. O mais importante é escrever. Quem escreve é levado a isolar-se da agitação, a pensar, a refletir.”*

## 2. FALAR É MAIS FÁCIL QUE ESCREVER

Mas como fazê-lo? Por que é mais fácil falar do que escrever? Muitas são as razões sugeridas e, entre elas, há a justificativa de que tendo nos transformado, através dos séculos, em uma “civilização grafocêntrica”, acreditasse ser a palavra escrita a essência para a sua continuidade e sobrevivência. No entanto, é preciso ressaltar que, na maioria dos povos “modernos”, apenas um pequeno grupo considera a escrita como tal, exemplo disso está no Brasil, onde os analfabetos não são poucos. Há, também, os povos que têm a sua cultura concentrada apenas na

oralidade, não conhecendo nenhum sistema de escrita, sendo culturas tão complexas quanto qualquer outra.

Sem dúvida alguma, a escrita é mais conservadora do que a fala, que está constantemente se inovando. As inovações da linguagem, quando incorporados à escrita, ocorrem de maneira lenta, levando-nos a imaginar que há uma língua para a fala e outra para a escrita. As mais significativas diferenças entre a linguagem oral e a linguagem escrita são decorrentes das especificidades de cada uma das modalidades da língua. Quando escrevemos não imitamos a fala, mas a reformulamos em outra gramática.

Segundo Pécora (1992) e Kato (1993), diversos fatores justificam o distanciamento entre a fala e a escrita, sobre os quais não podemos deixar de refletir. Os principais fatores destacados por esses autores são:

1. Ao entrar na escola, a criança que estava acostumada a um leque de variedades da língua se vê obrigada a escrever, ao reduzi-la a uma só: a língua padrão. Toda a bagagem oral, adquirida em seu meio sócio-econômico, deverá ser esquecida, pois não é “correta”;

2. Ao falar, o indivíduo pode se utilizar de inúmeros recursos expressivos como gestos, sons não identificados, expressão facial, riso, etc; que são fundamentais para que a comunicação se concretize. Ao escrever, essas possibilidades são reduzidas ao desenho, o que as torna mais complexas para o aluno;

3. Para falar, pode-se usar as mais diferentes entonações, com significados diferenciados. Já para escrever, o código é restrito quanto a esses recursos, pois os

sinais de pontuação são poucos;

4. Quando se fala, empregam-se frases curtas, mas ao escrever manifesta-se tendência em produzir frases mais longas que, conseqüentemente, acabam sendo mal estruturadas;

5. Sentimo-nos mais livres na oralidade e, por isso, tornamo-nos repetitivos na fala. Na escrita, tende-se a ser mais conciso;

6. Na fala, a unidade temática se modifica a todo instante, mesmo nas situações formais. Ao se produzir um texto escrito, a preocupação com a coesão é fundamental. Deve-se observar o emprego dos anafóricos e dos relatores;

7. Na expressão oral, tem-se à frente o interlocutor e dele dependerão as palavras (formais ou não). Na expressão escrita, escreve-se para um interlocutor virtual. Se for o professor, a preocupação será maior ainda;

8. A língua é aprendida “naturalmente”, e com rapidez, quando a criança convive com falantes. A escrita depende de um aprendizado e é dominada à medida em que se percebe o seu valor.

### **3. PADRÕES CULTO E POPULAR NO PROCESSO DE COMUNICAÇÃO**

Segundo Soares (1993), no Brasil, na área de ensino da Língua Portuguesa, a importância das relações entre linguagem e classe social não tem sido reconhecida;

nem têm exercido influência sobre esse ensino os conhecimentos que a Sociolinguística e a Sociologia vêm produzindo a respeito dessas relações. Ao chegar à escola, a criança traz consigo todo um repertório de oralidade, decorrente do convívio familiar e do grupo sócio-econômico a que pertence e, a escola, desde o momento inicial, estabelece a noção do “certo” e do “errado”, estigmatizando a fala como “errada” quando se distancia da norma padrão, usada na língua escrita.

O ensino da língua escrita corresponde a uma pedagogia conservadora que vê a escola como instituição, independente das condições econômicas e sociais, privilegiando o dialeto das “classes dominantes” e iniciando um processo de desvalorização da oralidade. Ao se exigir a norma padrão, cria-se o distanciamento da língua falada em relação à escrita, e a preocupação em expressá-la de maneira correta leva o estudante, na maioria das vezes, ao fracasso. A língua escrita não nos pertence e se pararmos para uma reflexão, questionaremos se esta não é a real intenção das instituições de ensino.

Pesquisas, como a do professor Antônio José Filho (1991), em que se confrontam textos orais e escritos de crianças pertencentes a séries iniciais e oriundas das classes populares, comprovam que as mesmas, nesta fase, continuam a usar na escrita recursos que são característicos da oralidade e pertencentes à língua popular. Não conseguem diferenciar facilmente textos orais e textos escritos. Certamente, com as crianças das referidas séries pertencentes às classes privilegiadas o mesmo não ocorre, pois a norma padrão já fazia parte de seu repertório linguístico quando chegou à escola. Trata-se, portanto, não apenas de uma

das questões que dificulta o domínio da escrita, mas, evidentemente, de um problema social.

É fundamental esclarecer aos alunos que há várias maneiras de nos expressarmos, que a forma como os mais diferentes grupos sociais se comunicam não está “errada” e que a língua popular tem valor relevante no processo da comunicação, mas que é através da língua padrão, sem medos e preconceitos, que poderão contribuir na sustentação da unidade sócio-lingüística e, conseqüentemente, fazer parte de uma classe cujos preceitos serão, no mínimo, ouvidos e respeitados.

#### 4. CONCLUSÃO

Necessário se faz que o professor desperte para a importância de mudar a sua maneira de trabalhar a escrita, invertendo o quadro do fracasso escolar. Não se deve esquecer, entretanto, que se a escrita tem importância no processo comunicativo, a linguagem oral não deve ser esquecida nas atividades pedagógicas. Para isso, é preciso que esteja consciente que seus alunos não são iguais, que pertencem a classes diferenciadas e que o trabalho a ser executado não poderá ser único. Seus dialetos deverão ser respeitados para que se sintam confiantes e aptos a conhecer a norma culta, sem que sua cultura seja desprezada.

Se a dificuldade para dominar a escrita é tão perceptível pela sociedade, é necessário que a escola tenha claro que a escrita, ao lado da fala, é a principal responsável pelo crescimento do aluno no campo da comunicação.

Cabe ao professor de Língua Portuguesa, com apoio dos professores das demais áreas curriculares, a tarefa de desmistificar a aprendizagem da comunicação escrita, mostrando ao aluno de séries mais adiantadas que, através do domínio da língua culta, poderá participar da transformação de nossa sociedade para mais justa e autônoma.

Boa parte dos alunos, que saem escolarizados, de posse de uma escrita medíocre, insuficiente e insatisfatória, poderá sair com domínio eficaz neste campo de conhecimento se o professor e a escola, como um todo, tiverem claras as dificuldades de textualidade a serem superadas. É necessário que o professor seja constantemente reflexivo, buscando meios para resgatar sua cultura, seu domínio didático. Que saiba avaliar, não de forma punitiva, ensejando o medo de escrever, mas de modo que se aperceba dos avanços cognitivos alcançados pelo aluno. Segundo Luckesi (1995 : 11), a avaliação deve ser um "*meio de auxiliar a construção de uma educação que esteja a favor da democratização da sociedade (avaliação diagnóstica)*". Isto é possível com educadores comprometidos, dotados de razoável nível de conhecimento e amor pela educação.

## BIBLIOGRAFIA

- ANDRÉ, Hildebrando A. *Curso de redação - técnicas de redação - análise estilística interpretativa - literatura brasileira*. São Paulo : Moderna, 3. ed. 1989.
- FARACO, C. A. & TEZZA, Cristóvão. *Prática de texto -*

*Língua Portuguesa para nossos estudantes*. São Paulo : Vozes, 1992.

JOSÉ FILHO, Antônio. Variação lingüística: texto falado e texto escrito. In: *Iniciação à pesquisa integrando IES/MS*. Campo Grande : Núcleo de Imprensa Universitário/PRESC/UFMS, 1988.

KATO, M. *No mundo da escrita*. São Paulo : Ática, 1993.

LUCKESI, Cipriano C. *Avaliação da aprendizagem escolar*. São Paulo : Cortez, 1995.

MILANEZ, Wania. *Pedagogia do oral: condições e perspectivas para sua aplicação no português*. Campinas, SP : Sama, 1993.

PÉCORRA, Alcir. *Problemas de redação*. São Paulo : Martins Fontes, 4. ed. 1992.

SAVIANI, Demerval. *Escola e democracia*. Campinas, São Paulo : Autores Associados, 27. ed. 1983.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo : Ática, 1993.

VAL, Maria da Graça Costa. *Redação e textualidade*. São Paulo : Martins Fontes, 1991.